

## A “EXTENSIBILIDADE DE SI” COMO EXERCÍCIO FUNDAMENTAL DA RELAÇÃO HUMANA E EIXO DO CONCEITO DE “INVESTIGAÇÃO-AÇÃO/FORMAÇÃO”

Luís Marques Barbosa  
luislmb@gmail.com

### Resumo

O texto demonstra como sustentamos que a “Extensibilidade de Si” é exercício fundamental do dar-se do Homem ao Mundo e, em simultâneo, como essa extensibilidade se afirma instrumento determinante do conceito de “Investigação-Ação/Formação”. Aqui, é concebida como exercício prático que a mente exige ao cérebro quando o Eu se estende interativamente no sentido de se ligar ao Mundo, seja através do Nós ou seja através da transformação dos objetos em objetos/objetivados.

**Palavras-chave:** extensibilidade de si; investigação-ação/formação; escola sensível e transformacionista; teoria emergente da prática.

### Abstract

The study demonstrates how we support the concept of “Extensibility of the Self” (Oneself Extensibility) as a fundamental exercise of “giving Oneself to the World” and simultaneously how such extensibility is being affirmed as a determinant instrument of “Research-Action/Training” concept. It is conceived here as a practical instrument through which the mind demands to the brain and when the Self is interactively extending himself in the sense of connection to the World, as through Us or through the transformation of the objects into materialized objects.

**Key words:** extensibility of the self; research-action/training; sensitive and transformationist school; theory emerging from the practice.

### Introdução

O texto que apresentamos enquadra-se na preocupação de demonstrar como sustentamos que a “Extensibilidade de Si” é exercício fundamental do dar-se do Homem ao Mundo e, em simultâneo, como essa extensibilidade se afirma instrumento determinante do conceito de “Investigação-Ação/Formação”.

### A superestrutura conceitual do conceito de “Extensibilidade de Si”

Pontos prévios: A “Extensibilidade de Si” é concebida por nós como exercício prático que a mente exige ao cérebro, quando o nosso Eu se estende interativamente no sentido de se ligar ao Mundo, seja através do Nós ou seja através da transformação dos objetos em objetos/objetivados (BARBOSA, 2004 e 2002). Por isso, no quadro da metodologia de investigação a que normalmente recorremos (conforme desenho expresso na figura 2 deste texto, e de acordo com os conteúdos expressos nas

páginas 257 a 293 da primeira das obras referidas), consideramos que todo o trabalho executado pelo investigador, ao longo das investigações a que se dedica, tem sempre um carácter não só autoformativo, mas de influência grupal.

Sendo uma atividade que visa à realização do objetivo expresso no ponto prévio anterior, tem também a intenção de permitir a criação de competências de análise e de síntese orientadas para a capacitação inferencial. Recriada por meio de um esforço heurístico, não só interpretativo de indicadores de análise, mas também hermenêutico a juízos produzidos, procura-se com esta atividade aumentar não só as competências técnicas mas, também, as de crítica valorativa.

Assim, nos nossos seminários, sempre que o objetivo está em compreender melhor tanto o conceito de “Extensibilidade de Si” como o de “Investigação-Ação/Formação”, propomos não só que se tenha em conta que o esforço exigido pela aplicação prática dos conceitos anteriores requer o aparecimento na mente (não do cérebro) de um modelo organizativo, ao qual chamamos “Modelo Interativo/Comunicativo Descritivo do Estar-Aqui”, mas sugerimos, também, que esse modelo, suportado pelos efeitos conjuntos da vontade em agir, da intencionalidade em fazê-lo objetivamente e da busca permanente que a mente faz para encontrar significado para qualquer que seja o ato a empreender pelo Homem, impõe, ao cérebro, que funciona em resposta a uma “Organização numênica do pensamento”. Porém, contrariando muitas das posições teóricas dominantes, o nosso esforço vai no sentido de afirmar que, embora seja a mente a estrutura superior que gera o pensamento e o cérebro o órgão que o executa, é a existência que antecede a essência e, por isso, a prática que permite a emergência da sua própria teoria.

Valorizamos então a existência de uma dimensão espiritual abrangente que, muito ao jeito de Hegel, serve ao Homem e ao Mundo, justamente, para estabelecer as adequadas relações com um “Logos” que é cósmico. Por isso, pensamos que há coerência entre a convicção anterior e o fato de aceitarmos que o “Ser” dos filósofos seja a arquitetura mental unificadora da relação Homem/Mundo (BARBOSA, 2002, p. 48-53). Aí dizemos que as “egovivências” influenciam os diferentes modos da existência humana e como esta, vivida em processo espiralado, se entrecruza com o plano das finalidades do próprio indivíduo. É aí também que referimos como a nossa teoria da prática coincide com um esforço teleológico que, sendo efetuado em cada minuto da vida, está muito além do que podemos chamar de dimensão consciente do pensamento.

Diz-se, também, que tal teoria não pode se confundir nem com uma teoria que nasce da prática, pelo simples fato de agirmos nem com uma teoria que seja ancorada na prática, porque a aprendemos na universidade antes de nos dedicarmos a agir. A nossa convicção é que, da leitura destes conteúdos, se pode inferir que é então no mundo da relação entre as finalidades últimas, à qual nunca acedemos antes de agir, e os objetivos que determinamos (mais ou menos conscientemente) para a própria existência que descortinamos, que se dá a emergência teórica.

Por extensão do esforço lógico, pensamos então que também se pode inferir que o coração central dessa emergência, sendo uma arquitetura superior da mente, é sempre formatado por uma organização que nele se constrói e à qual chamamos “Extensibilidade de Si”. O que ficou por dizer de forma expressa nas obras acima referidas é que a aquisição desta extensibilidade impõe, porque implica, transformação de capacidades de desempenho, orientadas para a realização minimalista de tarefas, em competências de ação orientadas para desígnios filantrópicos, altruístas e cooperativos.

Por quê? Porque sendo ela que provoca a união dos sentimentos e das emoções com que o Homem engendra a sua relação cósmica com o Mundo (quer quando se orienta para contextos mais abs-

tratos, quer quando em causa privilegia outros mais concretos) é ela que o obriga a timbrar com valores não só a vontade em agir, como a intencionalidade de realizar objetivos por meio de objetos concretos (transformando os objetos em objetos/objetivados) e ainda as buscas pelos sentidos das ações.

Façamos, porém, um pedido prévio ao leitor do nosso texto: sempre que, de agora em diante, ler o substantivo “investigador”, pense em colocar no mesmo lugar a palavra “indivíduo”, e sempre que ler “indivíduo” faça o exercício de pensar que nessa parte da frase pode estar a designação de “investigador”. É que, no âmbito da nossa forma de pensar, investigador e indivíduo coincidem. Ou seja, nem o investigador deixa de ser um indivíduo que pensa nem este deixa de pensar, pelo fato de um dia ser considerado investigador.

Sem nos refugiar no fato de que o conceito de “Investigação–Ação/Formação” está hoje perfeitamente validado pela Academia, remontemos ao que, em 1994, discurremos com a Universidade francesa de Caen. A primeira afirmação que produzimos foi que, no âmbito de qualquer atividade pensante (a investigação é uma delas), a razão, ou seja, a capacidade que para muitos é a mais responsável pela organização dos processos cognitivos, impõe sobre o processo criativo constrangimentos vocacionais.

Dito de outra maneira, seja qual for a investigação que se faça, o que através dela se descobre tem sempre a ver com conformatizações provocadas tanto pela vontade do investigador, como pela intencionalidade com que este se determina a pesquisar, como ainda pelo significado que atribui ao que descobre. Logo infere-se daqui que aquilo que o investigador descobre é sempre o que efetivamente quer descobrir.

Claro que tivemos consciência de que, assim dita a afirmação anterior e sem mais explicações, abríamos a porta à convicção de que a atividade de investigação era entendida como um puro exercício de subjetividade gratuita. Movendo-nos a intenção de evitar a consolidação da ideia mencionada, referimos então em sequência que, em resposta a estes constrangimentos, a mente faz aparecer três categorias de indicadores: Traços, Índícios e Campos de Ação.

Aqui, a discussão que tivemos para sustentar com a comunidade científica foi no sentido de dizer que a arrumação da informação que o investigador vai organizando na mente (não no cérebro) é encaminhada para as três gavetas anteriores. Em extensão dissemos que a adequação categorial anterior (sendo já uma arquitetura de terceira dimensão, porque teleologicamente orientada para valores) faz-se apelando a uma estreita relação entre razão, intuição e imaginação. Isto quer dizer que em 1994 e sem o sabermos antecipávamos o conceito de “pensamento complexo” hoje tão defendido por Morin.

Ainda no âmbito dessa discussão, dissemos que a adequação anterior se fazia debaixo do patrocínio daquilo a que chamamos uma “teleologia experienciada”, ou seja, subordinada a uma dimensão que no pensamento está entre o que, conscientemente, somos capazes de enunciar e o que transcende essa mesma dimensão (ou seja aquilo que para Kant é *númeno*).

Antecipávamos aqui muito do que hoje vimos referindo, quando dizemos que no âmbito de um qualquer processo de pesquisa, por via da relação categorial anterior, o investigador e por extensão todos aqueles que se dediquem a práticas de pesquisa, têm de apelar à caracterização de contextos, à faturalização dos atos, à renomeação de experiências ou ao espelhamento, a fim de conseguir compreender melhor os seus objetos de estudo (justamente para ir passando do entendimento à compreensão, que é o mesmo que dizer da dimensão fenomenal à *numérica*).

A propósito, é bom lembrar que nada do mundo ocorre em nossa mente, se o que pensamos não estiver situado contextualmente, se os estímulos internos e externos que concorrem para os raciocínios

não foram experienciados várias vezes, e se a relação do que pensamos de nós, dos outros e dos objetos não for fruto de um equilíbrio superior congruentemente arquitetado.

O que, até o momento, mais se mostrou relevante foi a possibilidade de podermos afirmar que esta teleologia em vez de ser resultante de exercícios de ascese meramente teórica, emerge em função de um exercício de destapar permanentemente o existir, de aparência profundamente prática, em que as ações de caracterizar contextos, faturalizar atos, renomear experiências e espelhar em nós e nos outros o que se quer dizer para se ser espelho em retorno, torna mais necessária a emergência de referentes, que embora imagetivamente concebidos, servem mais para mapear os contextos e cartografar os esforços de compreensão, que uma teoria pairada que se encaixe em práticas, ou a organização de práticas que se encaixem em teorias.

Em sequência da defesa das ideias anteriores, entendemos então ser através da construção de um “Ego existencial” que o investigador vai prosseguindo pela dimensão teleológica anterior. Como? Pode-se perguntar. Aceitando a existência do tal “Ser”, o dos filósofos, enquanto entidade absoluta, sugerimos que é no contexto dessa visão cósmica que o indivíduo se torna mediador de conhecimento. Claro que, pelo que foi exposto o trabalho de investigação tem de ser entendido nesta dimensão e o investigador e seus pares de pesquisa tendem a se transformar também em mediadores de conhecimento, possuídos de competências técnico-críticas, timbradas pela tal terceira dimensão acima mencionada e orientadas para a dimensão filantrópica, altruísta e cooperativa que desenhamos anteriormente no texto.

As vertentes científica e criativa do pensamento encontram-se, aqui, de forma muito estreita e, por isso, aceitamos que a ciência se aproxima da arte tal como refere MIGUÉLEZ (2007). Por quê? Porque, a partir da emergência das relações anteriores, a necessidade que se tem é a de descrever os fatos da vida situados em emergências contingenciais. Esses fatos podem ser imaterialidades ou objetos a que pouca ou nenhuma atenção dedicamos ou outros para os quais olhamos com a intenção de deles nos apropriarmos. É a estes últimos que chamamos de “objetos/objetivados”, porque, tal como tivemos oportunidade de dizer, são coisas do mundo em relação às quais definimos objetivos concretos.

Como já afirmamos que estamos convencidos de que a informação se organiza através da adequação de “nuvens de opacidade”, dissemos também que, enquanto na mente algumas dessas nuvens transportam fatos, que são passíveis de ser clarificados (quando no cérebro as ocorrências temporalizadas são transformadas em processos psicofísicos), outras são organizadas para que nelas outros fatos permaneçam à espera que outros traços, outros campos de ação e outras congruências tenham ligação sob os impulsos da relação razão/imaginação/intuição, a fim de poderem vir a ser transformados em novos processos de pensamento.

A questão aqui é que, se o ser humano se mantiver numa atitude de total inércia diante de si e do mundo, nem a mente nem o cérebro sentirão necessidade de desencadear os processos anteriores. Por consequência, também a relação entre as nuvens não ocorrerá, e o ser humano viverá em estado de permanente latência (é o que habitualmente chamamos de vida vegetativa).

Então, podemos enunciar duas conclusões. A primeira é que só através de uma atitude de pesquisa permanente é possível aceder ao mundo das egovivências imposto pelo sentido da existência. A segunda é que este caminhar implica exercícios permanentes de caracterização, faturalização, renomeação e espelhamentos mediatizados, a fim de que as necessidades latentes se transformem em explicitadas e, com isso, ao se penetrar na dimensão teleológica, seja possível ir acedendo à organização numérica do pensar.

Aceitamos que as concepções anteriores provoquem interrogações. Mas vale a pena mencionar que uma das nossas ideias que mais tem suscitado admiração diz respeito ao fato de que, ao defender-

mos o conceito de “Investigação–Ação/Formação”, o fazemos recorrendo à convicção de que é o carácter autoformativo do trabalho de pesquisa, que permite entender que, neste paradigma, as atividades de pesquisa são pensadas como exercícios de vida, que se situam muito além de um investigar agindo ou na forma inversa de um agir investigando.

De fato, o que nós afirmamos é que, por se estar no âmbito de uma ação que implica criar nos atores competências de mediação de conhecimentos, tanto aqueles que participam como assessores do investigador como este sofrem efeitos autoformativos. O primeiro projeta-se sobre a própria complexidade da metodologia de investigação (desenhada na figura 2), o segundo, sobre a superestrutura pensante arquitetada na figura 1.

Mas o investigador é um indivíduo como outro qualquer. Por isso, sendo verdadeira a existência do jogo interativo anterior, também ele se encontra sujeito ao jogo do dar-se da razão à imaginação e à intuição. Assim, deve-se aceitar que, quando o investigador procura racionalmente organizar o *design* da sua pesquisa, vai, simultaneamente, se fechando cada vez mais nas razões da sua própria intencionalidade de vida (como já foi dito: o investigador só investiga o que lhe interessa compreender).

Depois, é preciso aceitar, ainda, que seja qual for o seu *know-how* formativo, o fato é que investigar é sempre trabalhar com informação pouco clara. Como se tal não bastasse, deve-se levar em conta que o caminhar pelo processo de pesquisa é sempre um ato de subordinação a uma teleologia difusa. E, por fim, é necessário reconhecer que, por estar obrigado a descrever o que é sempre contingente, este exercício de escrita faz com que a sua atenção se disperse por objetos e objetivos que, muitas vezes, não são compatíveis. A noção de constrangimento da investigação aparece aqui com toda a força.

Ora, o que em livro (BARBOSA, 2004) mencionamos é que, uma vez caído o ser humano na armadilha anterior, o esforço da sua mente vai no sentido de engendrar uma estratégia de superação do conflito. No âmbito deste esforço é um apelo à imaginação que permite ao indivíduo soerguer-se deste tombo. E no livro “Ensaio sobre o Desenvolvimento Humano: De Uma Teoria Emergente da Prática ao Mundo como Implicação” (BARBOSA, 2002) explicamos como a imaginação participa deste voo de Fênix. Aqui, nos resta afirmar que ao investigador acontece o mesmo.

De fato, por que pensar que um investigador, por estar munido de teorias diversas, se torna um indivíduo imune a estes percalços de caminhante? A nossa convicção é que, ao contrário do que se poderia supor, é justamente por se ter formação acadêmica que se está mais sujeito aos constrangimentos mencionados. Mais cuidados então são necessários, uma vez que a excessiva subordinação didática a juízos racionais apresenta-se aqui como uma dificuldade dobrada. O que dizemos então é que, perante esta queda, o investigador não tem outra alternativa senão a de apelar à imaginação, como qualquer outro indivíduo o faz. Por quê? Porque caindo nestas armadilhas do pensar tem obrigatoriamente de se levantar. É uma imposição que, transcorrendo no interior do processo de investigação, implica que práticas de caracterização, fatualização, renomeação e espelhamento se façam não apenas numa dimensão autoformativa como também partilhada. Então não chega investigar agindo, porque a exigência é fazê-lo formando os outros e autoformando-se também.

Se, no quadro da vida dita normal, a participação da imaginação ganha um papel clarificante, no contexto da investigação também. Por quê? Porque:

Face à opacidade provocada pela razão, a imaginação provoca o mergulho do pensamento nessa mesma nebulosidade e, fazendo emergir as primeiras imagens clarificado-

ras das incertezas instaladas, deixa que se organizem as conexões entre traços armazenados na mente e os indícios constatados pelos sentidos. (BARBOSA, 2004, p. 61)

Depois, porque para Barbosa (2004, p. 62) “o espelhamento interior, que, no primeiro momento, leva ao confronto com a opacidade do real, necessita de um segundo momento em que esse mesmo real aparece como fato”.

Os fatos a serem compreendidos (diga-se aqui os objetos de estudo que se transformam em objetivos) nascem então da participação clarificante da imaginação, mas se outra capacidade não existisse para enquadrar estes mesmos fatos num processo equilibrado, então o pensamento que engendra os comportamentos adaptativos se moveria como uma bandeira bamba, oscilando ao sabor do vento. Não é de fato isso que se passa com os seres humanos. As nossas ações, salvo se no quadro de cenários disruptivos, têm orientações precisas. A investigação também tem de ser um processo bem orientado.

Depois da participação ocultativa da razão e da clarificante da imaginação, é a intuição que participa estrategicamente, orientando quem se dispõe a agir. Para nós, são quatro os processos estabilizadores que a intuição põe em marcha, a fim de propiciar o equilíbrio que a tensão anterior gera na mente: **1)** Processo de estabilização de traços já adquiridos; **2)** Processo de estabilização de indícios momentaneamente assimilados; **3)** Processo de estabilização de busca de campos de ação; **4)** Processo de organização de congruências fatuais.

A visão de uma intuição mais ligada ao emocional que ao racional não ganha sentido, aqui. Cada descrição do mundo é em si uma necessidade que se expressa em situações concretas e, por isso, é um fato contingente. É de descrição em descrição fatural que o Homem otimiza a relação com os objetos/objetivados. Sendo a intuição que procura o princípio da possibilidade de ação, é ela também que procura a congruência entre os esquemas concebidos pelos descritores da realidade e essa mesma realidade.

Claro que investigar não pode ser uma atividade desligada do processo anterior e, por isso, há muito que indagar quanto ao nível de interferência do investigador sobre os objetos que estuda. O carácter formativo da investigação e da ação que a completa fica aqui bem evidenciado. Existe, ainda, um sublinhado: por muito que tente eximir-se quem, em primeira instância, sofre sobre si os efeitos formativos anteriores é o próprio investigador.

## **A estrutura intermediária do conceito de “Extensibilidade de Si”**

Não nos parece difícil aceitar que consideramos a mente humana constituída por dois patamares de informação. No fundo, tanto quantas as espécies de nuvens que nela existem e às quais fizemos referência em páginas anteriores. Como estas duas zonas de nebulosas identificam o que de inconsciente e consciente existe no pensamento, ocorre que a emergência dos fatos, enquanto algo de que se toma conhecimento, não é exercício fácil. A mente precisa então de um mecanismo analítico que promova as sínteses anteriores. Barbosa (2004, p. 122) afirma que a criação do mecanismo é um esforço inconsciente que põe em ligação o jogo relacional da razão/imaginação e intuição com o da relação vontade/intencionalidade e busca pelo sentido da ação.

Aqui, neste texto, sugerimos que, sendo este um mecanismo que faz com que se dê a transformação dos objetos em objetos/objetivados, é ele que permite não só que emergja uma teoria da prática mas, também, que se caminhe da existência para o universo das essências.

Se quisermos fazer uma aproximação deste instrumento de pensamento ao conceito de “Investigação-Ação/Formação”, podemos dizer que, se na parte anterior do texto falamos de uma superestrutura pensante, agora vamos falar sobre o que pode ser entendido como a sua plataforma intermediária. A “Extensibilidade de Si” é então a ponte a quem atribuímos a responsabilidade de proporcionar a relação estreita do Homem com o mundo, que, agindo e investigando, se forma para tal.

Claro que, sendo uma estrutura muito ligada ao que de fatural vai determinando o estar do próprio indivíduo, é ela que acaba por ter responsabilidades acrescidas naquilo que é a dimensão prática da vida. Se esta dimensão é sempre um processo em que a sabedoria do ir vivendo tem grande relevância, o carácter formativo da “Extensibilidade de Si” é muito evidente.

Ora, se qualquer investigação não é senão um processo prático que timbra a existência do Homem na sua relação com o mundo, como então evitar que também o caminhar investigativo fique imune à influência deste mecanismo? A resposta parece-nos evidente. Se toda a “Investigação-Ação” é uma atividade obrigatoriamente sujeita aos efeitos conformativos anteriores, então ela tem de incorporar também os efeitos formativos que resultam da sujeição do investigador aos constrangimentos da “Extensibilidade de Si”.

Se a “Extensibilidade de Si” é, como referimos, um exercício do dar-se do Homem ao mundo, então ele tem de ser compreendido como um esforço de interação em que cada indivíduo, holisticamente considerado, procura relacionar-se com o universo, tal como este se lhe apresenta na sua ampla dimensão cósmica. Aceite-se que indivíduo e mundo se relacionam sempre na base de uma interação complexa. Por isso, defendemos que esta relação implica sábia gestão de indicadores socioeconômicos, socioculturais e de outros mais de natureza socioafetiva.

Mas, aqui, somos mais hegelianos que marxistas, já que para além de Marx não só aceitamos que exista a tal dimensão cósmica, que condiciona economias e culturas, mas, também, que o homem quando pensa, fala com o corpo todo. Não parecendo difícil agora aceitar que o exercício da “Extensibilidade de Si” seja sempre um esforço de reunião da informação indispensável aos *atos de vida*, deve-se aceitar que essa triagem tem de ser sábia.

Como estamos perante um exercício de aprendizagem obrigatória para todos os seres humanos, deve-se dizer, verdadeiramente, que os exemplos de vida permitem verificar quão desastrosamente muitos de nós se sai do desafio. Na relação Homem-Mundo tudo tem que dar certo e, quando não dá, é porque algo está errado. O próprio Mundo se encarrega de avisar o Homem quanto aos desvios de trajetória. Acaso não é assim também na investigação? Temos essa asserção por verdadeira, de tal forma, que nas nossas metodologias de trabalho pressupomos a existência de “luzes avisadoras” dos desvios metodológicos.

Voltando ao tema, retenhamos então que o exercício relacional anterior implica reunião de informação, sem a qual nenhum homem se põe em marcha. A “Extensibilidade de Si” é então o exercício de que a mente se serve para ordenar ao cérebro que ponha em marcha o complexo jogo de relações (BARBOSA, 2002, p. 92). Geometrizamos em esquema:

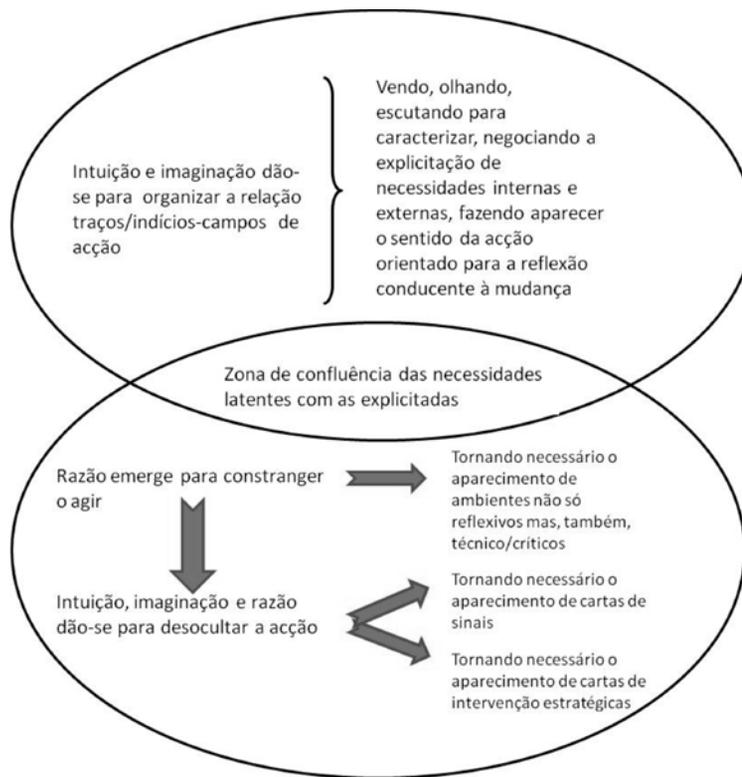


Figura 1 – Fonte: BARBOSA, L. M., 2002, p. 94.

Claro que a nossa “Extensibilidade de Si” terá de ser agora compreendida, cotejando o esquema anterior, com o que, a seguir, se explicita, a fim de que se perceba não só como os dois esquemas aqui transcritos se interligam mas, também, como a mente ordena ao cérebro que os relacione:

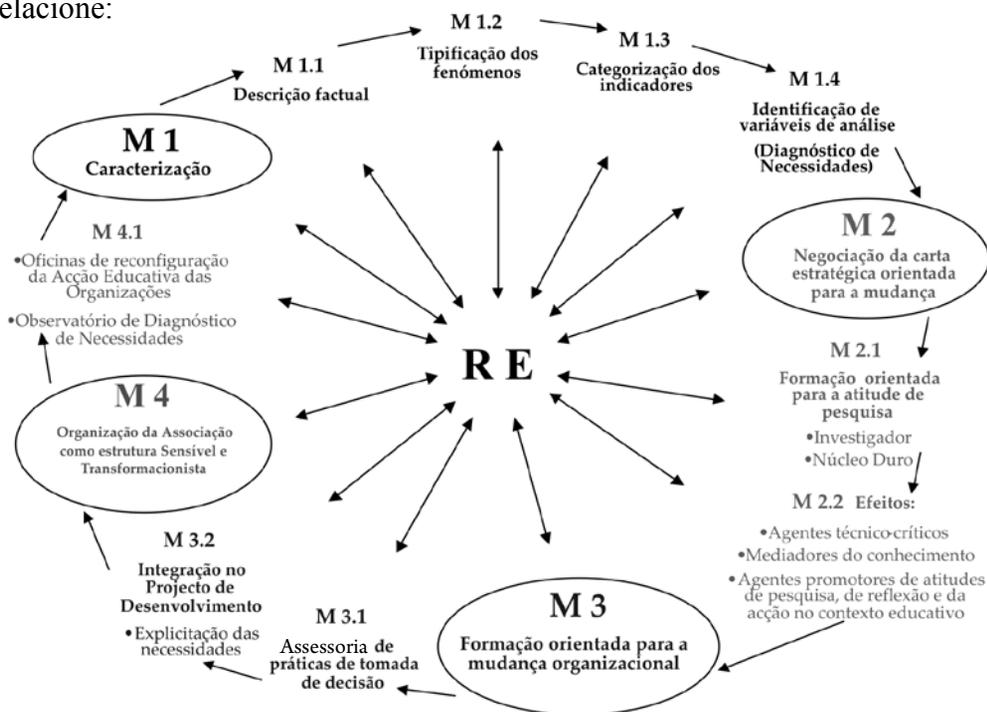


Figura 2 – Fonte: BARBOSA, L. M., 2004, p. 260.

A “Extensibilidade de Si” é então o exercício prático de que a mente se serve não só para procurar os traços, os indícios, as congruências e os ambientes reflexivos indispensáveis ao agir mas, também, para ordenar ao cérebro que o faça, tendo em conta as metodologias apropriadas a esse mesmo agir. No quadro das investigações que vamos desenvolvendo, é essa extensibilidade que ordena ao investigador que atue de forma a cumprir as exigências desenhadas na figura n.º 2.

Claro que no quadro da vida dita normal acontecerá o mesmo a cada indivíduo, já que qualquer caminhar pela vida impõe a quem o faz que desenhe o seu próprio processo metodológico de ação. Ora, se caminhar é como também já vimos um percurso que se justifica, porque se vai satisfazendo às necessidades, e, se a mente exige que nesse contexto as mais latentes passem progressivamente a explicitadas, então este mecanismo serve para que o Homem, qualquer homem, vá evoluindo de modo a cumprir a exigência anterior.

Transportemos para cá o esquema que na obra citada se encontra na página 125 (BARBOSA, 2004), e façamos nele as adaptações necessárias às situações de investigação. É um exercício obrigatório, já que, se a “Extensibilidade de Si” é o esquema interativo que permite ao Homem relacionar-se com o mundo em cada momento da vida, os indicadores de que a mente se serve para pôr em marcha esse mesmo esquema têm de estar intimamente adaptados não apenas aos contextos onde o Homem evolui, mas, também, às situações que lhes são palco.

O esquema que construímos na obra acima mencionada tem a ver com o desempenho de professores em salas de aula. O que agora abaixo enquadrámos na figura 3 está adaptado à atividade de investigação, e dentro dela à da criação da correspondente atitude de pesquisa de que o investigador tem de se munir para desenvolver a sua atividade.

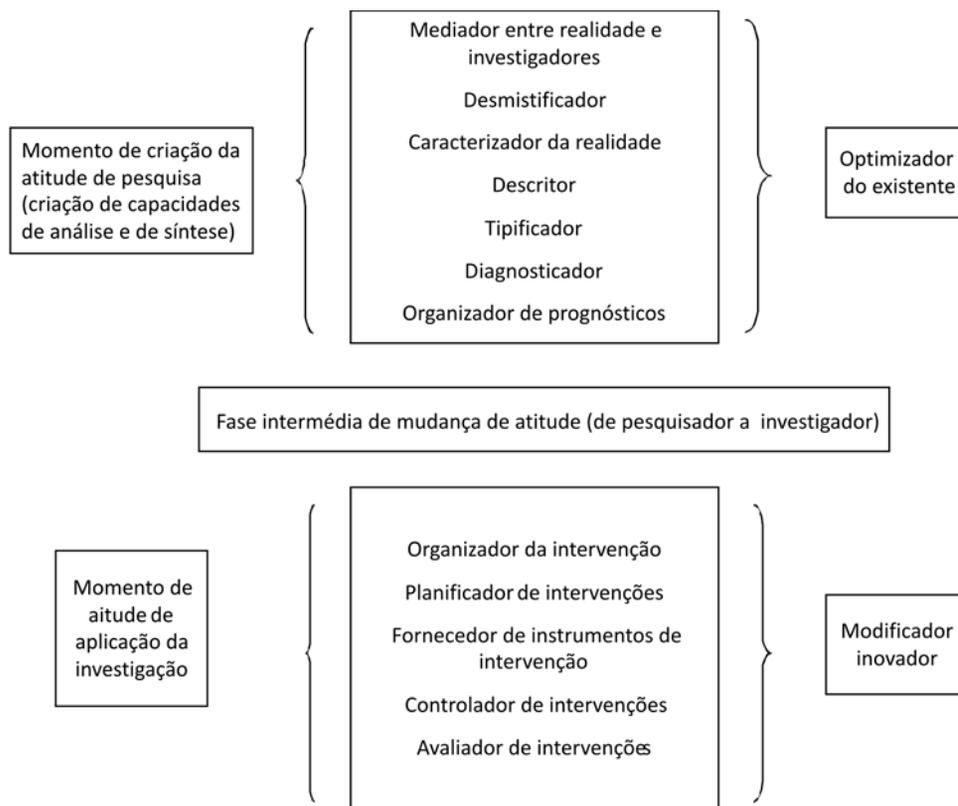


Figura 3 – Fonte: Ibidem, p. 125.

Se o leitor fizer o exercício de comparar o esquema da figura acima com o que se encontra impresso na obra referida, verificará que existe uma pequena diferença entre os dois. Se, no esquema do livro, o primeiro indicador que é expresso como determinante da prática de otimização do existente mostra a intenção de mediar entre crianças, jovens ou adultos em formação, no esquema colocado no texto, o que se lê é investigadores, o mesmo que dizer “pares científicos”.

A razão da troca é simples: se, efetivamente, a prática docente é sobretudo orientada para a organização do processo de ensino-aprendizagem, na investigação, o trabalho do investigador é essencialmente concebido em grupos de pares, com quem, obrigatoriamente, tem de viabilizar e validar os métodos e as técnicas de que se socorre.

Claro que, seja no que diz respeito às práticas de ensino, seja no que concerne às de investigação, tanto o professor como o investigador são otimizadores do existente. Porém, se o primeiro tem como balizas as crianças, os jovens ou até os adultos, o segundo trabalha sobretudo com os seus pares científicos (as crianças, os jovens ou os adultos são, normalmente, para o investigador de Ciências de Educação os seus objetos de estudo). E no caso de atividades de investigação realizadas no contexto de outras profissões? Como atualmente trabalhamos muito com enfermeiros, é a este leque profissional que mais temos perguntado, se não acontece rigorosamente o mesmo? A resposta é simples. Quer o enfermeiro esteja agindo na qualidade de professor quer na de investigador, os esquemas anteriores servem em ambas as situações, no que diz respeito à determinação da “Extensibilidade de Si”.

Assim sendo, a concepção deste exercício interativo aponta para uma dimensão cósmica. Como esta é a única adaptação que achamos necessária na importação do esquema, vejamos agora se os indicadores restantes não estão presentes nas mais comuns situações profissionais dos agentes antes referidos. Acaso a desmistificação do existente não é tarefa obrigatória tanto de quem ensina seja professor, educador ou enfermeiro como de quem aprende? E o mesmo não é verdadeiro em relação a todos os indicadores restantes mencionados nos esquemas tratados? O esforço aqui foi tentar esclarecer a forma como pensamos que o conceito de “Extensibilidade de Si” é não só um exercício de vida, mas, também, um instrumento que participa na arquitetura do conceito de “Investigação-Ação/Formação”.

Aqui chegados parece-nos que se torna oportuno clarificar alguns aspectos particulares da maneira como entendemos que o exercício da “Extensibilidade de Si” se cumpre na prática.

### **A estrutura prática do conceito de “Extensibilidade de Si”**

No contexto investigativo do paradigma referido, é bom não esquecer que todo o investigador é obrigado a trabalhar com e no seio de grupos formalmente constituídos e institucionalizados. Assim sendo esta estrutura, assume-se um “ethos” obrigatório, no qual toda a atividade de pesquisa se cumpre. Vale a pena referir então que, por extensão, o grupo tem de ser entendido para o investigador como: **1)** Uma organização formal; **2)** Um contexto de trabalho; **3)** Uma estrutura de interação direta; **4)** Um espaço onde os seus membros interagem uns sobre os outros; **5)** Um campo no qual se exerce pressão sobre normas institucionais.

Desta forma, um grupo de investigação não pode ser confundido com outros orientados para atividades lúdicas. Nele, os indivíduos se reúnem para mediar conhecimento. Mais uma vez nos parece bem presente o carácter formativo do conceito de “Investigação-Ação/Formação”. Mais uma vez, nos ocorre também dizer que tem sido com estranheza que assistimos ao fato de continuar a ser desenvol-

vidos imensos trabalhos de investigação, sem que no interior dos projetos se pressuponha a necessidade de treinar, nos investigadores em exercício, aquilo a que chamamos o exercício de extensibilidade da própria atitude de pesquisa.

Por quê? Porque, os grupos de investigação não são grupos quaisquer, ao invés disso, são estruturas constituídas para funcionar: no estrito respeito pelas aplicações metodológicas; segundo regras muito específicas; segundo orientações de lideranças bem determinadas; com indivíduos que assumem obrigatoriamente papéis distintos; integrando indivíduos portadores de estatutos particulares; aceitando atividades de coordenação de tarefas.

Vamos entender, porém, o contexto da abordagem que agora estamos realizando, não confundindo grupo com equipe. É que, não raro, na gíria, tanto ouvimos empregar uma como outra das designações, sem que se faça delas uma clara distinção.

Aqui, estamos falando de grupo enquanto primeira estrutura de recurso que o investigador organiza, a fim de responder com êxito às exigências da “investigação-ação/formação”. Claro que, ao longo do desenvolvimento do processo de investigação, esse mesmo investigador pode ir fazendo com que os elementos que constituem essa estrutura se liguem de tal forma que, pouco a pouco, se constituam em equipe. É bom, porém, que se antecipe que funcionar em grupo não é a mesma coisa que funcionar em equipe. Tal significa que no quadro da “Extensibilidade de Si” a interligação do Eu com o Nós é bem diferente, se o contexto for de grupo ou de equipe.

Por extensão, tal também ocorre no que se refere ao contexto do conceito de “investigação-ação/formação”. Se funcionar em equipe implica nível de exigência muito maior que em grupo, então nos parece demasiado presunçoso pensar que seja corrente se conseguir atuar em equipe no âmbito de práticas de investigação. Porém, é preciso aceitar um fenômeno interessante: embora pese o fato de, por vezes, serem diluídas as relações dos elementos dos grupos de pesquisa, ocorre que alguns dos investigadores intervenientes ganham expectativas muito positivas pelo simples motivo de se verem integrados em grupos de análise. Por quê? Porque do nosso ponto de vista, a participação em grupos de investigação permite quase sempre ganhar prestígio social ainda não adquirido e melhorar o prestígio que se possa ter já adquirido.

É preciso cautela, porém, já que no contexto das práticas de investigação o exercício da “Extensibilidade de Si”, sendo um exercício de características muito pessoais, depende obviamente em muito do perfil de carácter do seu executante. Assim sendo, não custa aceitar que o investigador tenha aqui que prevenir que qualquer trabalho em grupo implica ser confrontado com inevitáveis desencadeamentos de processos de tensão, vivências dicotômicas nos regimes de escolhas, escolhas demasiado rígidas, porque interesseiras; escolhas despropositadas, profundas indecisões, comportamentos ambivalentes, indecisões, progressões desequilibradas das atividades de análise, aquisições deficientes de conhecimentos, progressões diferenciadas nas execuções das atividades de pesquisa, ausência de reciprocidade dos pares.

Diante do exposto, não parece difícil aceitar-se que um dos aspectos mais significativos ao qual apela o exercício da “Extensibilidade de Si” tem a ver com a necessidade de se ter em conta: *Quem fala no interior do grupo, a quem se fala, como se faz, com que recursos.*

Por isso, defendemos que, no contexto das atividades de investigação, o investigador não pode esquecer que o êxito do seu trabalho dependerá sempre da forma como apela a competências muito particulares: Sedução, Aglutinação, Catalisação, Repartição de papéis, Animação, Aconselhamento. Tendo sempre em conta que qualquer investigação desencadeia sentimentos de medo, de insegurança, de instabilidade, de dúvida.

É por causa do que foi citado acima, que nos parece difícil aceitar que, contrariamente ao que aconselhamos, se treine tão pouco aquilo a que chamamos “atitude de pesquisa”. Houve muita dificuldade em fazer com que os meus pares de percurso acadêmico aceitassem que este exercício fosse parte integrante dos currículos acadêmicos das disciplinas que lecionávamos. Tal intenção acabou por ser aceita justamente quando alguns alunos de Graduação, Mestrados e Doutorados começaram a expressar opiniões favoráveis perante a importância de terem recriado o conceito de investigação-ação, por nele terem integrado a perspectiva formativa anterior.

Olhamos o grupo como um fenômeno social no qual o exercício da “Extensibilidade de Si” implica transação. Por quê? Porque, se quisermos nos sair bem desta transação, temos que pensar que este fenômeno impõe Permutas perceptivas, Obrigações, Jogo interativo, Configuração em situações pedagógicas, Aprendizagem da vida em grupo, Estratégias pedagógicas, Utilização do fator humano como recurso, Utilização da própria experiência como recurso, Utilização do seu saber e dos outros como recurso. Porém, é bom reconhecer aqui que o investigador ou quem o conduz tenha em conta que, ao longo do percurso anterior, os indivíduos em contexto desencadeiam fenômenos de Motivação, Reconstrução da sua imagem de Si, Construção e reconstrução da imagem, que vão adquirindo de Si, como que fazendo coisas.

Os fenômenos anteriores são densos e, no quadro da investigação, prendem-se com a experimentação de processos altamente complexos. Porém, parece-nos pertinente fazer o esforço de explicar ainda melhor como no contexto do universo formativo anterior a “Extensibilidade de Si” ganha dimensão prática. Sendo um emaranhado de capacidades inatas e adquiridas, é bom que se aceite que esta extensibilidade exige treino, logo, formação. Contudo, enquanto marcada pela inevitabilidade de enquadrar sentimentos e emoções, a fim de engendrar comportamentos adaptativos, o processo que daí decorre configura uma atitude complexa, integrada por outras que lhe dão expressão.

### **Atitudes típicas da “Extensibilidade de Si”**

Muitas vezes, nos referimos às atitudes de que agora iremos falar como técnicas. Confessamos que, por vezes, nos parece que estamos a forçar um pouco a nota. Mas é necessário que se diga que, não raro, nos interrogamos, no sentido de ver claro se, efetivamente, as atitudes de que o indivíduo se serve ao longo do seu dia a dia, para se relacionar com o mundo, não podem ser entendidas como técnicas, de modo efetivo.

Acaso as metodologias referidas anteriormente não possuem um carácter ôntico (orientadas para o Ser)? E, se assim é, por que razão as técnicas de que nos servimos também não o podem ter? Claro que esta problemática levanta enormes questões quanto à dimensão epistemológica do conceito de técnica, mas essa reflexão ultrapassa o objetivo deste texto. Vamos ficar, então, no meio termo, para ser mais fácil discorrer sobre o exercício da “Extensibilidade de Si”, e falar antes dos processos distintos, mas complementares, segundo os quais a extensibilidade se cumpre.

Sem que o arrolamento a seguir signifique a existência de uma hierarquia, façamos alusão às características mais particulares com que esses processos otimizam e constroem o chamado “pertencimento ao nós” e, por extensão, as metodologias de investigação: Criar confiabilidade, Levar a refletir e a criticar, Criar a aceitabilidade do outro, Explicitar necessidades, Criar vontade na participação, Criar a intencionalidade na ação, Criar momentos de “face a face”, Criar momentos para ouvir o outro.

## Considerações finais

A “Extensibilidade de Si” é, no contexto da nossa atividade de investigação, um exercício fundamental. Por quê? Porque permitindo o caminhar para a transcendência teleológica, e obrigando a tal construção numênica na mente, possibilita também a relação cósmica do investigador e seus pares com o Mundo. E como se dá essa transcendência? Não por ascese, já o dissemos, mas, ao invés disso, porque enquanto plataforma da mente permite a ligação de conhecimentos que, umas vezes, são extraídos diretamente das formas de agir mais organizadas e conscientes, e, outras, daquelas que por vezes sem explicação, logo menos conscientes, aparecem canceladas pelo timbre da mera sabedoria.

São então aqui evidenciados os saberes que, vivendo sobre paredes meias com a prática, bebem daquilo a que podemos chamar de sabedorias empíricas adquiridas. Para nós é importante este fato. Porque sendo daqueles que não rejeitamos que a investigação e a arte têm de viver em regime de complementaridade, aceitando que conhecimento científico é diferente de sabedoria, somos porém dos que dizemos que, se uma teoria emerge da prática, é porque o saber da experiência feito se assume sempre farol a guiar o investigador, quando, este, confrontado com os choques provocados pelos encontros das nuvens de opacidade que na sua mente se geram, vê desequilibrada a relação entre a vontade que tem de fazer coisas, a intencionalidade com que quer realizar os atos, a busca pelo significado das ações e os dados da intuição que o move, da imaginação que o empurra e da razão que o constrange.

Como pode então o investigador sair-se a contento deste jogo constrangedor? Tal como referimos anteriormente, no contexto da nossa metodologia, quem investiga tem de realizar quatro grandes atividades: caracterizar contextos, fatualizar eventos, renomear experiências e espelhar-se espelhando os outros.

## Referências

BARBOSA, L. M. *A escola sensível e transformacionista: uma organização educativa para o futuro*. 2. ed. Lisboa: Chamusca, Ed. Cosmos, 2006.

\_\_\_\_\_. *A escola sensível e transformacionista: uma organização educativa para o futuro: ensaio sobre o desenvolvimento humano*. Lisboa: Cosmos, 2004.

\_\_\_\_\_. *Ensaio sobre fenomenologia do conhecimento*. Évora: Universidade de Évora, 2003.

\_\_\_\_\_. *Ensaio sobre o desenvolvimento humano: de uma teoria emergente da prática ao mundo com implicação*. Lisboa: Instituto Piaget, 2002.

GAMEIRO, F. *Fatores de constrangimento nas práticas educativas no jardim de infância*. Lisboa: Chamusca, Ed. Cosmos, 2003.

MAXIMINO, M. P. *O Diagnóstico de necessidades diferenciadas de educação em contexto de supervisão pedagógica e a transversalidade educativa e pedagógica*. (Dissertação)–Universidade de Évora, 2004 (não publicada).

**Luís Marques Barbosa**

Professor associado na Universidade de Évora. Investigador da U.i. & D.E. – Unidade de Investigação em Enfermagem. Pesquisador em Análise da Ação Educativa e Formação de Professor. Atuou como docente nas Universidades Trás-os-Montes, Alto Douro e na Universidade Católica Portuguesa.

*Recebido em 21 de outubro de 2008*

*Aprovado em 3 de março de 2009*